UMA NOVA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: A DEMOCRATIZAÇÃO DO CAPITAL

JOSÉ ROBERTO WHITAKER PENTEADO

A primeira grande revolução industrial, que chega hoje a sua fase de maturação, abre duas perspectivas ante os olhos assombrados das massas que despertam: a democracia norte-americana e o socialismo soviético. Entretanto, uma nova revolução industrial, muito mais poderosa que a primeira, já se vem esboçando, portadora de tremendas energias e de ilimitadas possibilidades. Sua grande novidade reside no fato de que poderá ser a revolução da integração do homem marginalizado no processo produtivo. Ela superará assim a alternativa histórica presente e abrirá definitivamente o leque de perspectivas que se apresentarão ao homem de amanhã. É neste contexto de idéias que se poderá compreender a importância e a significação histórica das experiências referidas no presente artigo.

PODE parecer excessivamente ambiciosa esta tentativa a que nos propomos de reformular em têrmos humanos a Revolução Industrial em que estamos todos mergulhados desde 1750 quando "o aperfeiçoamento da máquina a vapor iniciou a verdadeira produção em massa". Nela insistimos, entretanto, com a serena esperança de que as grandes transformações da História se devem ao esfôrço isolado de cada homem, em sua breve trajetória neste mundo, esfôrço êsse a que nos leva a própria condição humana. Como homem que somos não podemos deixar de perceber que, apesar do fantástico progresso tecnológico dos últimos dois

séculos, o homem continua infeliz, se considerarmos nessa abstração "homem" a maioria imensa da população da terra.

Vemos diante de nós tôdas as tentativas de transpor as barreiras da fome, da ignorância e do velho terror do homem perante uma existência cada vez mais complexa e cada vez mais difícil em têrmos de realização humana. É inegável o esfôrço de milhões de pessoas, em todos os continentes, na procura de um caminho que simplesmente ofereça mais felicidade às criaturas de Deus, mas, desgraçadamente, cada nôvo caminho se abre, por um lado, perspectivas mais risonhas à existência do homem na terra, por outro ergue barreiras quase intranspiníveis a essa vontade terrena de encontrar a felicidade, pelo menos do maior número. E isto acontece neste século XX, na era das multidões.

A consciência de que nos encontramos em um período em que as massas humanas são chamadas a desempenhar o seu papel e a ocupar o seu lugar na História, aumenta a nossa perplexidade e nos deixa, angustiados, perante uma sensação atroz de impotência.

A Revolução Industrial propiciou, sem dúvida, à humanidade, as condições básicas de um portentoso despertar; todavia, que vêem os homens, agora, que começam a abrir os olhos para a vida?

A rigor, apenas duas perspectivas se abrem diante dêsses olhos assombrados das massas que despertam: a Democracia norte-americana e o Socialismo soviético. A primeira coloca tôda a sua ênfase no indivíduo, e nos oferece uma civilização competitiva e pragmática. A segunda tem por base a sociedade, quando não o "homem social" dos marxistas, e nos leva fatalmente a uma civilização totalitária.

Que significa tudo isto em têrmos restritos de um homem perante a vida? A realização individual em uma sociedade hostil, ou a diluição do indivíduo dentro do Estado-Moderno.

Serão soluções?

O indivíduo que se afirma à custa da sociedade? O indivíduo que desaparece para que em seu lugar apenas a sociedade exista?

No primeiro caso, em lugar de irmos para a frente, voltamos à filosofia cruel do Leviatã de HOBBES. No segundo, voltamos também à gênese de tôdas as tiranias.

Paira uma dúvida: é possível voltar?

Se o mundo não tem mais lugar para o homem-lôbo, terá para o homem-rebanho?

Quer-nos parecer que não; que essa volta é impossível. A Revolução Industrial fêz-nos seguir para a frente, depois de dois séculos de lutas. Fecharam-se atrás de nós as portas de bronze do individualismo, assim como não nos parece mais viável a acomodação do indivíduo aos rebanhos do passado: êste é o século das multidões, mas isto não significa outra coisa senão o desaparecimento das massas humanas dominadas no passado. O que vemos, por tôda a parte, é um esfôrço enorme de libertação dos indivíduos e das massas.

Não estaremos resolvendo problema algum se optarmos pela escravização do indivíduo às massas ou das massas aos indivíduos. No máximo, estaríamos ensaiando uma volta impossível a um passado histórico defunto.

Poderíamos então procurar uma solução em uma forma de sociedade humana capaz de proporcionar uma vida mais feliz ao indivíduo e à massa?

Parece-nos não existir alternativa.

É êste, a nosso ver, o desafio do nosso tempo: criar uma sociedade humana onde indivíduos e massas encontrem possibilidades de uma vida feliz.

Para tentarmos uma solução, deveríamos partir da consideração de que indivíduo e massa não constituem mais do que uma falsa dicotomia. A felicidade do indivíduo não significará necessàriamente a infelicidade da massa, *vice versa*.

Será isto possível?

Sim, se Estados Unidos e União Soviética desejarem chegar a êsse objetivo.

Todavia, que são os Estados Unidos e que é a União Soviética?

A pergunta seria mais fácil de responder se colocássemos frente a frente um cidadão norte-americano e um cidadão soviético: seriam apenas dois homens, e dois homens

são apenas duas criaturas humanas, como nós mesmos, em tudo diferentes das abstrações colossais que são dois países.

Dois países jamais se colocarão um diante do outro, salvo se geogràficamente aí já se colocaram. O que se colocam são pessoas — gente.

As criaturas humanas que nasceram e vivem nos Estados Unidos e na União Soviética estariam dispostas a encontrar uma forma de sociedade capaz de atender ao desejo de felicidade do indivíduo e da multidão? Estariam dispostos, pelo menos, a *tentar* essa solução para o problema da felicidade humana?

Sem dúvida. Podemos afirmar que milhões de norte-americanos e milhões de soviéticos tentariam tudo para serem mais felizes, como todos nós, como tôdas as criaturas. Um e outro não podem deixar de ter consciência da inadequação básica do sistema de sociedade em que vivem.

Êste é um dos milagres da Revolução Industrial: através das comunicações em massa vivemos em um mundo só. Apesar de tôdas as barreiras artificiais que se levantam, o homem dêste século é vizinho próximo, pràticamente vive junto de cada outro homem. Seja o que fôr que aconteça ao nosso próximo, sabemos hoje que êsse acontecimento alheio afeta a cada um de nós.

Constitui fenômeno inédito na história do mundo essa proximidade sensível entre todos os homens que habitam êste planêta. Queira ou não queira admitir a evidência, a humanidade tornou-se *solidária:* há indiscutìvelmente, no mundo de hoje uma dependência mútua entre todos os homens, e por essa dependência mútua uns não poderão ser felizes, sem que os outros também o possam.

É possível que essa idéia não seja fàcilmente aceita por todos os homens. Mais do que uma idéia, entretanto, a Solidariedade é um fato — um fato nôvo e revolucionário, que abrange todo o mundo em que vivemos.

Haverá possibilidade de encontrarmos nesse fato nôvo e revolucionário da solidariedade mundial a indicação ao menos de uma tentativa de solução para o problema da felicidade do homem?

Desejamos, em primeiro lugar, realçar que a idéia de solidariedade transcende a idéia de Comunhão. A palavra tem significado mais amplo, fronteiras muito mais largas.

Comunhão pressupõe acôrdo nas mesmas crenças e opiniões. Solidariedade significa dependência *mútua mesmo quando não haja acôrdo na crença e na opinião.*

Nosso ponto-de-partida nesta exposição será, portanto, o de pregar uma solidariedade para muito além daqueles que, como nós todos, agem reunidos, comungam as mesmas idéias.

Sem esta dimensão amplíssima de solidariedade poderíamos ficar limitados a uma simples comunhão, quando o que se propõe, partindo da comunhão, é chegar à solidariedade.

Comunhão é um ponto-de-vista. Solidariedade é um fato. Precisamos deixar bem claro esta distinção, pois temos de ser solidários porque somos solidários mesmo com todos aquêles que neste mundo não compartilhem, não acertem, e até mesmo combatam os nossos pontos-de-vista.

Esta pregação dependerá fundamentalmente da nossa capacidade de compreender. A compreensão serena terá de ser a couraça com que enfrentaremos as terríveis dificuldades de aceitar e pôr em prática esta solidariedade em que acreditamos.

Precisamos compreender as razões que levam o comunista — solidário conosco neste mundo — a erguer seus punhos contra nós, acusando-nos de tôdas as torpezas. Sem procurar compreendê-lo, a solidariedade não será mais do que uma pobre palavra sem sentido.

Por que nos acusa êle? Por que nos faz alvo de sua revolta?

Devemos reconhecer, para compreendê-lo, que êle, também, marxista convicto com seu ódio, é como nós outros um produto dessa estranha Revolução Industrial que transforma o mundo tão diferente de nossos antepassados.

EMPRESÁRIOS E PROLETÁRIOS

Empresários e proletários são frutos humanos da mesma árvore. Embora se passe a usar o argumento que MARX

utilizou para erigir sua filosofia da milenária rivalidade de pobres e ricos, onipresente em tôdas as épocas da História, não podemos nos esquecer de que o empresário foi um nôvo tipo de homem rico, assim como o proletário foi um nôvo tipo de homem pobre, nascidos ambos das circunstâncias bem conhecidas que deram origem ao que chamamos hoje de Revolução Industrial.

Antes do aparecimento das máquinas, o empresário não passava de um artesão mais ou menos bem sucedido na profissão que escolhera, o qual trabalhava em uma esfera quase que exclusivamente familiar, ombro a ombro, o mais das vêzes, com os proletários da época, humildes aprendizes. Na organização da produção, um e outro igualavam-se, no que tange a *status*, apesar de todos os esforços que os artesãos anteriores a 1750 empregavam em estabelecer distinções hierárquicas através de organizações, das quais as corporações profissionais foram as mais famosas.

Sòmente à máquina, com as novas e revolucionárias possibilidades de produção que revelou, caberia a tarefa ingrata de criar uma distância que, com o tempo, se tornou imensa, entre "patrão" e "empregado". O fenômeno da "desumanização" do trabalho tem sido estudado exaustivamente e não há quem não conheça os precalços da luta insana que se vem travando nestes últimos dois séculos para redescobrir o homem como fator de produção.

O MARXISMO

MARX surgiu exatamente na época em que o poder das máquinas fizera cair sôbre o mundo uma nova e talvez cruel Idade Média.

Podemos dizer que, de certa maneira, MARX foi um ERASMO dessa nova Idade Média, menos erudito, mas, em compensação, imensamente mais realista. O mundo contraditório em que viveu facultou-lhe uma liberdade de expressão que falhou a ERASMO, para que êste último pudesse tentar destruir, sòzinho, os fundamentos da injusta e cruel sociedade de seu tempo. Foi o que MARX fêz. Quase sòzinho, dedicou-se de corpo e alma a denunciar sem pie-

dade uma sociedade a que faltava os elementos mais primários da piedade humana.

A máquina fêz do empresário um gigante odioso, e do proletário um pigmeu inerme. MARX pôde repetir DAVI, muito mais ativo, pois em lugar da funda, arma humilde de um pequeno pastor menino, esgrimiu contra o gigante o nôvo e terrível poder da palavra escrita.

A gênese de *O Capital* se, para muitos, pôde ser interpretada como a explosão formidável de uma via sagrada, afigura-se-nos bem mais prosaica: a constatação por um homem inteligente e combativo de uma situação de miséria e horror. Tôda a sua filosofia ababerada em HEGEL, dentre outros, e mal digerida da leitura apressada dos economistas da época — MARX mesmo jamais estudou Economia — levantou-se sôbre as bases de um antagonismo de homens — o empresário e o proletário — que êle generalizou na "luta de classes", tomando, naturalmente, o partido do mais fraco, chave do êxito de todos os reformadores sociais.

A exploração do homem pelo homem sempre foi uma constante na História, mas, nunca, em tempo algum, ela atingira as culminâncias dos primórdios da Revolução Industrial. A intensidade da causa foi proporcional à ressonância do efeito.

A luta multimilenar do Bem e do Mal encontrou em MARX o seu profeta. De suas profecias sibilinas nasceram os esteteótipos capazes de impressionar milhões de pessoas sensíveis, em todo o mundo, as quais assistiam, elas também, com os seus próprios olhos, o espetáculo da luz em batalha com as trevas.

A NEGLIGÊNCIA DO HOMEM FATOR DE PRODUÇÃO

É preciso não esquecer que as denúncias apaixonadas de MARX foram efetivamente válidas por um período bastante longo da História e, pelo menos, por dois terços do período de existência da Revolução Industrial. Mesmo em nosso século, com os processos científicos que TAYLOR aplicou à produção, o homem surgiu apenas com um simples elo entre duas máquinas. A solução preconizada por TAYLOR e vigente até há muito pouco tempo foi a trágica

tentatica de *mecanizar* o homem, através do recurso, de certa forma grotesco, de medir seu tempo e movimentos. Não podemos nos esquecer de que as experiências de ELTON MAYO e seus companheiros de Hawthorne se realizou entre 1927 e 1930, saindo à luz seus resultados em 1940, ou seja, apenas 24 anos atrás.

Considere-se ainda que os postulados da "Produção em Massa", por mais que tenham contribuído para o progresso material da indústria, sòmente agravaram a condição humana do proletário, reduzido, como decorrência da nova tese, a um perfeito autômato especializado em simples operações mecânicas.

Se acrescentarmos a esta perspectiva histórica tão recente as desastradas medidas de correção de um paternalismo também inumano, pelo fato notório de condenar criaturas humanas a uma triste imaturidade, fácil nos será compreender a posição de revolta de tôda essa massa humana compreendida sob a denominação genérica de *proletariado*.

COLONIALISMO

De acôrdo com o nosso ponto-de-vista, os países são projeções das criaturas humanas que as constituem. No plano internacional, a Revolução Industrial transcendeu às fábricas e, através de *empresários* gananciosos, chegou às nações, as quais passaram a um comportamento, entre elas, muito semelhante ao que caracterizava as desgraçadas relações de trabalho. Assistimos nestes dois séculos ao triste espetáculo dos imperialismos em marcha, as nações empresárias explorando sem piedade as nações proletárias.

Sòmente após a Segunda Guerra Mundial é que assistimos ao desmantelamento progressivo — e ainda em processo de complementação — das últimas nações-empresárias. Estamos ainda hoje assistindo à libertação laboriosa e dura das últimas nações-proletárias.

A DITADURA DO PROLETARIADO

Diante dêstes fatos, do conhecimento de todos, não pode causar surprêsa a situação difícil do mundo de nossos dias — sôbre o qual sòmente podemos afirmar que começa

agora a modificar-se. Essa modificação, naturalmente, só poderia começar — para ser eficaz — pela erradicação das causas de todo o processo: as condições desumanas do trabalho.

Vivemos, pois, o conflito chamado ideológico nos corredores de nossas próprias emprêsas e não há dúvida de que o futuro da humanidade está na dependência direta das soluções que nós mesmos encontrarmos — proletários e empresários.

A União Soviética foi a resultante do exacerbamento dessa luta, que, em dado momento da História, não apresentou melhor alternativa que a adoção de extremos. Os empresários russos foram para LENINE em 1917 o que os nobres franceses haviam sido para DANTON em 1793. Claro que as circunstâncias do mundo nesse século favoreceram ao russo a implantação de um regime despótico e poderoso, o qual, entretanto, hauriu fôrças, é forçoso reconhecer, da continuação por muitos e muitos anos, de um estado de coisa bem semelhante àquele que o VOLTAIRE judeu, KARL MARX, denunciava há quase um século.

Com a revolução russa, os proletários puderam apresentar, com prioridade sôbre os seus rivais, os empresários, uma solução — por mais terrível e enganosa — mas, de qualquer maneira, uma solução. Qual foi ela? A implantação de uma "ditadura do proletariado", expressão que rescende a desforra e a vingança, o que não deixa de ser um perigoso atrativo psicológico de conteúdo emocional explosivo.

A contrapartida, nós a sentimos em certas tendências nos Estados Unidos de se implantar nesse país uma "ditadura do empresariado", a qual, felizmente para o mundo ocidental, jamais se caracterizou em sua plenitude. Ao contrário, reconhecemos o imenso esfôrço dos norte-americanos de reclamar êsse extremismo, procurando diligentemente meios e modos de evitar uma polarização fatal.

Dêsse esfôrço, todos nós vimos participando, possìvelmente porque pudemos compreender a tempo em que marchávamos não apenas para a destruição do empresário, mas para a destruição de tôdas as liberdades, de tôdas as tradi-

ções e de todos os direitos que têm dado, através da História, as dimensões da dignidade humana.

Recusamo-nos a viver sob uma "ditadura do empresariado", com a mesma indignação com que nos recusamos a viver sob uma "ditadura do proletariado". A razão dessa recusa é simples: recusamo-nos a viver sob qualquer forma de tirania; por mais diverso que seja o apelido, uma ditadura é tão-sòmente uma ditadura, e, no mundo em que vivemos, com os recursos da tecnologia e da ciência, não temos nenhuma ilusão sôbre a espécie de tirania a que seríamos submetidos, dentro dos padrões modernos e absolutos dos Estados totalitários.

O que temos procurado fazer, nestas poucas últimas décadas, é transformar, a fundo, as nossas relações de produção em uma nova fase de Revolução Industrial.

Estamos descartando-nos de tôdas as tendências paternalistas para nos confiarmos às soluções humanas. Cada emprêsa em funcionamento é um laboratório de experiências, onde procuramos com obstinação as fórmulas de uma convivência necessária, não entre "patrão" e "empregado", mas entre criaturas humanas. Não queremos mais do que constituir sólidas e produtivas comunidades de trabalho.

Para chegar a essas comunidades de trabalho, não acreditamos na necessidade de nos transformarmos todos em proletários de um Estado absoluto. Propomos uma solução ambiciosa mas perfeitamente exeqüível: desenvolvermos uma sociedade de empresários, e isto acreditamos poder realizar através do que denominamos *solidarismo*, ou seja, a aplicação prática dos postulados tão claros da *solidariedade humana*.

O SOLIDARISMO

A grande fôrça do Marxismo é ser uma filosofia de ação. Enquanto os antigos filósofos pensavam, tentando aprofundar cada vez mais as concepções de vida recém-criadas, os marxistas agiam, tratavam de colocar em prática os princípios e os sistemas de seus teóricos.

O solidarismo só será poderoso se fôr atuante. É uma filosofia de ação que propomos aos homens certos para acei-

tarem essa filosofia, pois na própria palavra *empresário* está patente o significado de *homem de ação*.

A Revolução Industrial, com todos os seus males, teve também as suas grandes contribuições à causa da humanidade. Ela nos ensinou, por exemplo, como é poderosa a capacidade de realização do homem, o seu espírito de iniciativa, a dinamização de sua vontade, de sua fé e de seu entusiasmo. Para isso contamos apenas com o nosso trabalho — o trabalho, instrumento de libertação e não da escravização do homem.

A Revolução Industrial mostrou-nos o que o trabalho pode fazer neste mundo. O progresso econômico, político e social dêstes últimos anos resultou tão-sòmente da *ação humana*. Estamos vendo que é possível construir sociedades mais prósperas, mais ricas e mais felizes, sem sacrificarmos necessàriamente a liberdade e a dignidade do homem e a sua significação como pessoa.

O que fizemos no microcosmo de nossas emprêsas, poderemos fazer no macrocosmo da sociedade. A história de cada empresário é a história da libertação de um homem, libertação da pobreza e da insegurança. Em lugar de criarmos mais proletários para servir ao Estado, desejamos criar mais empresários para servirem a si mesmos, às suas famílias, aos seus semelhantes e à sociedade humana. E isto pode ser feito através de duas medidas simples e imediatas, que não constituem nenhuma novidade para os empresários, visto virem sendo adotadas esporàdicamente em diversos países. Referimo-nos à democratização do capital e à integração do homem na sociedade através do trabalho empresarial.

A DEMOCRATIZAÇÃO DO CAPITAL

Das duas medidas, a democratização do capital parece-nos a mais conhecida e desde as Encíclicas de JOÃO XXIII o assunto vem sendo objeto de estudos e experiências. Falta, entretanto, ousadia na realização prática da idéia. Uma série considerável de racionalizações impede que a democratização do capital se faça na escala necessária a transformar-se em fator de pêso na transformação da sociedade humana.

Na verdade, precisamos encarar os fatos como êles são, e não como desejaríamos que fôssem. Quando não queremos fazer alguma coisa, em geral recorremos a tais artifícios: transferimos ou complicamos. Em nosso Continente, bem sabemos o quanto nos tem prejudicado o clichê de sermos os países do amanhã; não do amanhã no sentido de pertencer-nos o futuro, mas os países onde se deixam tôdas as coisas para amanhã, como uma forma de racionalizar o comodismo, de não fazê-las. No que se refere à complicação, também nós, latino-americanos, sabemos ser mestres consumados de uma arte que aprendemos dos países que nos colonizaram. Uma das características sutis do colonialismo para destruir as fôrças vivas de uma nação, ou explorá-las em seu benefício, é o seu intrincado labirinto burocrático — o objetivo é controlar, é frear, é estagnar a economia de um povo, através da complexidade infinita de uma administração que é muito mais jugo do que administração. Infelizmente, ainda não nos libertamos, em diversos países das Américas, dessas estruturas pesadas e sufocantes. A mais bela das idéias e a mais prática das iniciativas costumam morrer como insetos aprisionados nessas teias e devorados pelas aranhas burocráticas, o mais das vêzes disfarçadas em emaranhadas filigranas jurídicas.

É essencial não transferir nem complicar a democratização do capital. Na verdade, a idéia é simples e as formas de transformá-la em realidade podem e devem ser também simplificadas.

Tudo deve partir de um pressuposto: vivemos em uma democracia. Qual o postulado democrático que possui o apêlo emocional mais forte para o maior número? Não será porventura o postulado de oferecer a democracia iguais oportunidades para todos? Se estamos de acôrdo no essencial, poderemos com facilidade aplainar as diferenças no acessório: a maneira pela qual democratizaremos os capitais de nossas emprêsas pode variar e variará certamente de acôrdo com os contextos sociais específicos, mas a democratização, essa, nós a faremos, de uma forma ou de outra, se estivermos convencidos de solucionar com ela o problema cruciante de nosso tempo. Qual é êsse problema fundamental

senão a decantada alienação do homem nas sociedades modernas?

Alienar significa tornar alheio, é levar a criatura humana a apartar-se de si mesma, forçá-la a renunciar sua própria personalidade, violentá-la e ser outra pessoa que não ela mesma.

Integrar é o seu contrário. Quer dizer completar, pertencer, sentir identificado seu próprio eu com o mundo.

Aliena-se o homem quando se lhe nega participar. Integra-se quando participa.

Na democratização da emprêsa, o operário não participa apenas. Vai muito mais longe. Integrou-se. A emprêsa é dêle. E isto, conforme esperamos demonstrar, é o fundamental.

POSIÇÃO DA IGREJA

A Igreja tem sido a defensora inflexível do direito de propriedade. Uma das razões que consideramos mais sérias dessa atitude firme em defesa dêsse direito foi colocada por João XXIII nos seguintes têrmos: "A história e a experiência provam que, nos regimes políticos que não reconhecem o direito de propriedade privada sôbre os bens produtivos, são oprimidas ou sufocadas as expressões fundamentais da liberdade". E mais adiante, na mesma Encíclica *Mater et Magistra*: "Quando a Igreja defende o princípio da propriedade privada (. . .) pretende que a propriedade privada seja garantia da liberdade essencial da pessoa humana e elemento insubstituível da ordem social".

Para a Igreja a propriedade privada é um direito natural "que encontra a sua principal fonte e o seu alimento perpétuo na fecundidade do trabalho". Logo, para a Igreja, não resta a menor dúvida de que é do trabalho que nasce a propriedade, que é através do trabalho, e sòmente dêle, que o homem se faz *proprietário*.

Se é pelo trabalho que o homem se torna proprietário, a democratização do capital, oferecendo ao empregado, através de seu trabalho, a propriedade da emprêsa, cumpre rigorosamente os postulados da Igreja.

PIO XI, em sua *Quadragesimo Anno*, já oferecia aos empresários a alternativa de fazerem seus empregados participarem na gestão ou na propriedade da emprêsa. JOÃO XXIII deu um passo adiante ao pregar que uma emprêsa fôsse, acima de tudo, "uma comunidade de pessoas", nas relações, nas funções e na *situação* de todo o seu pessoal.

Não se poderia pedir maior clareza. A Igreja defende a tese da *difusão* da propriedade e apóia especìficamente as iniciativas capazes de alentar e facilitar uma difusão mais extensa da propriedade das ações das emprêsas.

Nosso ideal de fazer *mais empresários* coincide com o direito da Igreja de aumentar o número de *proprietários*. Mais empresários querem dizer forçosamente mais proprietários, uma responsabilidade mais ativa nos processos de produção para milhões de pessoas novas que atenderão desta forma "as exigências legítimas próprias da natureza humana".

A INTEGRAÇÃO DO HOMEM MARGINALIZADO

No encerramento do Encontro Internacional sôbre o futuro do homem, realizado em Paris, em maio de 1961, o Professor CHOMBART DE LAUWE declarou: "Marxistas ou cristãos, não nos sentiremos jamais tranqüilos enquanto existirem homens vivendo sob certas condições. Não é sòmente a nossa felicidade que procuramos, a nossa realização, mas a felicidade e a realização da humanidade inteira: os dois objetivos não são mais do que um só".

Durante os debates, o mesmo professor da École des Hautes Études levantara com bastante agudeza a questão dramática dos marginais da sociedade. "Nossa preocupação" — dissera — "é discernir quais as camadas que não participam, quais os meios de engajá-las nesse movimento material, intelectual e moralmente, e, ao mesmo tempo, procurar ver também, na situação atual, quais as possibilidades de progresso oferecidas pelo dinamismo de grupos que constituem algumas dessas camadas da sociedade".

Nas perspectivas que o Encontro Internacional de Paris tentou traçar para o futuro do homem, o desafio de LAUWE ficou no ar: como levar à participação na sociedade, as camadas marginalizadas?

A êste desafio, LAUWE juntou sua contribuição de lembrar a possibilidades de progresso que o dinamismo de certos grupos ofereceria aos marginais da sociedade.

Quais seriam êsses grupos?

O padre jesuíta ALEXANDRE DEL CORRO pensou que a obrigação de lutar por integrar os marginados na civilização e na sociedade, fazendo-os participar da vida econômica e cultural do país, caberia, principalmente, aos dirigentes de emprêsas. A própria palavra "marginado" foi cunhada pelo padre ALEXANDRE, para distingui-la de "marginal", cujas conotações criminais poderiam levar a campanha a ser mal interpretada. "Marginados" — definiu o jesuíta — "são essas multidões que vivem à margem da cultura, da política, dos meios mais elementares de vida de que pode dispor o cidadão; sem propriedade, sem rendas, sem trabalho, sem educação, sem técnica, sem oportunidades de progresso nem esperanças de mudança de fortuna, acham-se à margem da vida simplesmente humana".

A democratização do capital significa uma poderosa contribuição para dinamizar a parte ativa da sociedade, todo êsse mundo trêfego e multiforme dos empregados. Todavia, ela é uma solução *parcial* e ousaríamos dizer uma solução que beneficia aquela camada social já beneficiada pelos padrões de confôrto e progresso da Revolução Industrial. Ela procura, sem dúvida, resolver o problema sério da alienação humana que os marxistas atribuem — no que não deixam de formar sentido — à própria organização da sociedade capitalista e da produção em massa.

Êste aspecto tem sido sucessivamente denunciado por todos aquêles que, como J. A. C. BROWN, aprofundaram aspectos atualíssimos da psicologia industrial: "O industrial em vão procura meios para convencer os operários de que devem trabalhar, oferece planos para o bem-estar geral, dias de folga remunerada, bailes, excursões, tratamento médico gratuito e tanta coisa mais; algumas dessas idéias são excelentes, outras constituem verdadeiros atentados à inteligência. Em suma, tôdas as necessidades físicas possíveis são satisfeitas, mas as psicológicas — responabilidade, orgulho profissional, respeito próprio, condição e sentimento de utilidade social — não se levam em conta".

A democratização das emprêsas, quer-nos parecer, atende exatamente a essas exigências da natureza humana, pois se baseia no princípio da Igreja exarado nas encíclicas papais da *difusão* da propriedade. A propriedade, disse bem VON MISES, "é o terreno no qual as sementes da liberdade se nutrem e onde se enraíza a autonomia individual em que se funda todo o progresso intelectual e material". Mas, e essas populações imensas que vivem à margem de quase tudo o que faz digna a vida humana?

Para êsses, deveríamos nós, empresários, adotar critérios diferentes? Que fazer com o marginado geográfico — o que forma os cinturões da miséria em tôrno das nossas cidades? Com o marginado econômico — êsses grupos de artesões modestos, sem mercado para os seus produtos? Com o marginado social — aquêle que a sociedade expulsou ou se nega a receber? Com o marginado cultural, que não teve possibilidade de acesso por faltar-lhe a instrução básica?

Muitas vêzes tem sido o marginado iludido com promessas políticas, com acessos de melhoria econômica; mil vêzes decepcionou-se com uma infinidade de experiências demagógicas e alarmantes. Todavia, continua à margem da sociedade, da civilização e da vida, chegando a convencer-se de que o seu destino é o de perpétuo assistido, o de eterno ajudado.

Como temos nós, empresários, reagido perante esta situação terrível em que vegetam sem esperança milhões de criaturas humanas?

Para muitos, a resposta é a aceitação, a resignação com êste estado de coisas — uma espécie de totalismo que impregna todos os setores sociais, econômicos, culturais, e até entre as autoridades esta resignação chegou a degenerar num verdadeiro sentimento de protecionista do pobre. Também nos setores menos favorecidos chegou como que a encarnar-se uma espécie de aceitação desta situação, exteriorizando-se na mendicidade e no roubo. Esta resposta resignada afetou os indivíduos que se consideram impotentes para uma solução e sòmente recorrem ao que erradamente se chamou de "caridade". Nas instituições também se foi desvanecendo a possibilidade de uma solução completa e se foram resignando com o assistencialismo. Outra forma de resposta é a que

diz respeito às soluções de urgência, sobretudo de "urgências permanentes" e de urgências sistemáticas. Organizam-se para dar respostas a pequenos problemas. No fundo, tratam de solucionar os efeitos e as conseqüências da miséria, mas não as causas que a originam e a desenvolvem.

Há uma série de soluções parciais, sobretudo no que se refere à moradia, ao consumo, à poupança, ao crédito e ao artesanato. Problemas vitais como êsses, que necessitam de uma solução, se estudam de diferentes formas e cada vez com um ritmo mais desesperado; no fundo, a resposta a êsses problemas consiste em organizações para encontrar recursos onde não existem. Estas respostas de organismos econômicos, cooperativas, etc., em outros setores poderão chegar a ter êxito, mas não no setor do marginado. Há uma série de soluções do tipo social, do tipo cultural e até do tipo esportivo, que sempre permanecem incompletas porque lhes falta o complemento econômico. Outras respostas são verdadeiramente artificiais: pequenas indústrias fictícias, que têm de ser mantidas de fora para dentro, no fundo aumentam o complexo de frustração e de fracasso nos setores marginados. Sem embargo temos de chegar a uma *solução integral*, uma solução completa que abranja o cultural, o econômico e o social. Esta solução tem que ser transcendente, não se limitar aos pequenos problemas de urgência, mas tem que sobrepor-se a todos êles, não ficar solucionando os efeitos da pobreza e da miséria, mas tratar de chegar às próprias causas e raízes donde provêm. Esta resposta integral tem que ser fundamentalmente doutrinária, baseada em princípios sólidos, que traduzam em normas concretas e práticas de ação.

Tem que ser, além disso, *econômica*, isto é, que integre o marginado no processo econômico e que estimule o desenvolvimento econômico e social. Tem que ser *técnica*, quer dizer, que tenha todos os valôres de que necessita para esta autêntica promoção operária. Tem que ser *cívica*, num sentido amplo, pois tem que derivar para a incorporação do marginado na vida normal do cidadão. Esta resposta integral não pode limitar-se ùnicamente ao problema local, tem que ser *nacional*. Por último esta resposta tem que ser *estrutural*, uma mudança de estrutura que permita incorporar

o marginado no desenvolvimento econômico e social do país.

Tôdas as tentativas para melhorar as condições de vida dos marginados à base de esquemas filantrópicos, assistenciais e paternalistas falharam redondamente, e a prova disto nós temos no aumento crescente do número dos que vivem à margem da sociedade. A experiência demonstrou que não adianta dar comida, roupas, remédios e casas, à base de esquemas de urgência, de explosões periódicas ou continuadas do espírito caritativo do povo. Tais auxílios mitigam as dificuldades, no momento em que são dados, mas muitas vêzes só servem para destruir a personalidade dos supostos beneficiados, transformando-os em mendigos mais ou menos disfarçados. Na verdade, o que a sociedade tem procurado é aquietar os marginados, auxiliando-os, da mesma forma que o médico dá a um doente incurável doses de morfina para aplacar suas dores. Aquietar os marginados, não solucionar os seus problemas, não tratá-los como sêres humanos normais, não permitir que êles se beneficiem da aplicação dos esquemas de que as classes mais abastadas se utilizam e que lhes deu o bem-estar que desfrutam.

É necessário incorporar os marginados à sociedade e o meio audaz, moderno, científico e eficaz é levar o esquema empresarial, suas técnicas de organização, produção e comércio aos pequenos empresários que trabalham em condições antieconômicas, e, sobretudo, àqueles setores das cidades e dos campos que se acham completamente à margem da economia, do civismo, da democracia. Compete a nós, empresários, criar novos empresários entre o povo marginado, e desta forma integrá-los na sociedade, na civilização, na vida.

Essa idéia notável iniciada em Bogotá e que se vem aplicando com êxito no Chile, no Peru e no México, principia a dar resultados surpreendentes no Brasil, através da SOPRO — Sociedade Promotora de Integração Nacional.

SOPRO

A SOPRO é uma organização sem fins lucrativos e que tem por objeto:

a) colaborar na obra do desenvolvimento do país, promovendo, organizando, participando e dando assistência técnica, gerencial, contábil, jurídica e financeira às emprêsas industriais, comerciais, agrícolas, pecuárias e de mineração que, a seu juízo, sejam necessárias ao processo de incorporação estável e definitiva de tôdas as pessoas, sem distinção alguma, e através dos esquemas econômico-jurídicos mais convenientes ao progresso científico, cultural, social e econômico, de acôrdo com os princípios cristãos, a Constituição e as leis do Brasil;

b) concorrer para a difusão do ensino técnico-profissional;

c) concorrer para que da propriedade dos bens de produção participe o maior número possível de pessoas, pela democratização do capital, seja das emprêsas existentes, seja das que venham a ser organizadas.

A peça importante da estrutura da SOPRO é o Fundo de Financiamento, alimentado com os recursos provenientes da colocação de títulos de sócio cooperador, dos donativos, das subvenções e dos lucros provenientes da aplicação dos recursos do próprio fundo.

O Fundo de Financiamento será aplicado na subscrição de ações de emprêsas que, a juízo dos órgãos de administração da SOPRO, possam prestar colaboração efetiva à obra do desenvolvimento nacional.

A SOPRO pretende promover a mobilização das energias nacionais para consecução da obra do mais relevante interêsse para o Brasil, porque o seu sucesso permitirá acabar com o subdesenvolvimento.

Os recursos iniciais da SOPRO serão fornecidos através da colocação de títulos de sócio-cooperador, entre pessoas de boa vontade, dispostas a prestar sua colaboração à obra do engrandecimento nacional. A participação dos homens esclarecidos e de boa vontade permitirá a formação dos recursos iniciais de Fundo de Financiamento, que serão aplicados na implantação de pequenas emprêsas industriais.

Dar trabalho e a propriedade dos instrumentos de produção é o objetivo que a SOPRO persegue e que, quando alcançado, colocará o país numa posição ímpar. É para

essa cruzada que a SOPRO convoca os homens de boa vontade.

Antes de instalar qualquer indústria, a SOPRO examinará cuidadosamente todos os aspectos do empreendimento, para reduzir ao mínimo os riscos. De preferência, as indústrias serão, pelo menos na fase inicial, de caráter complementar, de forma que haja perfeita segurança de colocação dos seus produtos. A SOPRO estudará o empreendimento e fornecerá recursos aos que nela forem trabalhar, para aquisição das ações da emprêsa, ações essas que ficarão caucionadas e que serão liberadas à base de retenção de pequena percentagem dos resultados. Não se limitará, porém, a isso a ação da SOPRO. Ela assumirá, através de prepostos, a direção da emprêsa, dando-lhe assistência financeira, econômica, técnica, gerencial e contábil, até que os novos empresários estejam habilitados a assumir a responsabilidade total da direção da organização. A SOPRO deterá sempre a propriedade de vinte por cento das ações das emprêsas por ela incorporadas. A cruzada da SOPRO baseia-se na confiança dos marginados, homens e mulheres que foram postos à margem da vida econômica e social do país, por circunstâncias — na maioria das vêzes — alheias às suas vontades, mas que possuem qualidades intrínsecas para se integrar na sociedade.

Os marginados são, para usar a feliz imagem do padre DEL CORRO, como espirais que foram comprimidas por uma fôrça poderosa, mas que voltam à posição normal, quando cessa a ação daquela fôrça. São marginados, mas não são miseráveis, porque nêles não desapareceram a esperança e a alegria de viver. Têm esperança, têm alegria de viver e não têm ódio, apesar de terem carradas de razão para se colocarem em atitude hostil a uma sociedade madrasta. O ódio não existe em seus corações. Quem se encarrega de implantá-lo são os interessados em criar a inquietação e o mal estar, para dêles se servirem como normas para a derrubada das instituições políticas e a ordem social vigentes.

Conforme foi dito, todos os esquemas filantrópicos, assistenciais e paternalistas falharam, porque nenhum dêles procura dar solução real ao problema do marginado. Todos

êles visam a lhes dar doses de entorpecentes, para que não se revoltem, para que haja uma aparência de paz social.

SOLUÇÃO

A única solução, porque encara o problema de frente, é a de tratar os marginados como sêres humanos normais, tratá-los como são tratados os componentes das outras classes sociais. É simples a solução, pois que apenas se resume em lhes dar trabalho e a propriedade dos instrumentos de produção. É pelo trabalho que foi construído tudo o que existe no mundo, graças ao qual a humanidade atingiu um alto grau de progresso, confôrto e civilização. O que a Integração Nacional pretende é que, no esfôrço e trabalho construtivos, se associem aquêles sêres humanos que hoje se encontram à margem de processo econômico.

A SOPRO, no Estado da Guanabara, em menos de um ano, já fundou duas indústrias, em duas favelas. Não são indústrias *para* os favelados, mas *dos* favelados, e nada deterá a SOPRO no seu esfôrço de criar muitas outras, porque a SOPRO descobriu um modêlo dotado de fôrça endógena de reprodução, "sem que nos percamos em discussões intermináveis", como recomendou o S. P. João XXIII e "sob o pretexto de conseguirmos o ótimo, deixemos de realizar o bom que é possível e, portanto, obrigatório".

E M A Q — ENGENHARIA E MAQUINAS S.A.

ESTALEIROS DE CONSTRUÇÃO NAVAL
ATERROS HIDRÁULICOS — DRAGAGEM

Sede: RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134 - 19.º
TEL. 43-9696

Estaleiros: SACO DA ROSA — ILHA DO GOVERNADOR
ESTADO DA GUANABARA